

O “Secreto Mundo” dos Nove

Há exatos 33 anos a editora Saraiva publicava a tradução de *“The Brethren”*, de Bob Woodward e Scott Armstrong, aqui traduzido como *“Por Detrás da Suprema Corte”*, sob os cuidados de Torrieri Guimarães e Renato Guimarães Jr., cobrindo pioneiramente os polêmicos e obscuros bastidores dos anos judiciais da Suprema Corte Americana entre 1969 e 1975, com o início da transição (após o final) da Corte chefiada por Earl Warrenⁱ.

A publicação, então considerada um escândalo em razão da aura de hermético segredo que envolvia a Suprema Corte, fez do livro um sucesso absoluto, embora tenha sido criticado por muitos em face da tentativa de desfazer o elã de fechamento da Corte, reclusa entre seus 9 membros e respectivos assessores. Alguns anos depois, surge um novo e impactante livro.

“Quando se trata de cobrir a Suprema Corte dos Estados Unidos como uma instituição humana viva, que respira, e não como uma coleção de ícones, ‘Os Nove’ é o estado da arte. Mas é uma arte que precisa de um renascimento”. Com essa frase, em setembro de 2007, David Margolick terminava sua resenha para o *The New York Times* sobre o livro de Jeffrey Toobin, *“The Nine: Inside the Secret World of the Supreme Court”*, legítima continuação da tentativa de destrancar os segredos da Suprema Corte.

Em algum sentido, com a cuidadosa tradução que acaba de ser publicada pela série IDP/Saraiva (2018), há um renascimento da obra, levado à cabo através da primorosa cotradução dividida entre Fabio Luis Furrier e Paulo André Vieira Ramos Arantes, com a revisão técnica do primeiro; surge *“Os Nove: Por Dentro do Mundo Secreto da Suprema Corte”*ⁱⁱ. É que toda boa tradução evoca uma espécie de renascimento, que pode ser enigmático ou trazer consigo a beleza da experiência e da descoberta.

Aqui, faz mais sentido do que nunca a ideia do “tradutor como testemunha”ⁱⁱⁱ, com suas luzes e sombras, pois o coordenador técnico da tradução é bacharel pela Faculdade de Direito da USP, Mestre em Direito pelo PPG/UniCEUB, e, principalmente, *law clerk* de ministro da Suprema Corte há muitos anos, tendo sido anteriormente assessor de ministros do Superior Tribunal de Justiça, com larga experiência sobre o que traduziu, pois certamente vivenciou, como testemunha privilegiada, muitos fatos similares perante a coirmã brasileira.

Por um lado, a narrativa testemunhal convoca o leitor de modo peculiar, eis que sua responsabilidade de escuta o obriga a tomar posição, por mais sutil que seja, por meio de uma leitura profunda, dentro de uma ação que garante a transmissão da narração. Assim como o leitor-testemunha, também o tradutor.

Guardadas as devidas proporções, conforme Anna Basevi, “*a transmissão da experiência do campo de extermínio nazista, a quem não a vivenciou, pode se revelar uma empreitada comunicativa complexa, como sempre reiteraram as testemunhas e como o escritor italiano Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz*”^{iv}, que se deu conta, pela primeira vez, de que a linguagem não possuía palavras para expressar ofensa tão grotesca quanto a aniquilação brutal de um homem.

Trata-se da soma de dois temas (ou de dois “mundos”) que se completam: o do “indizível” e o do “invivível”, quando “*a testemunha é já um tradutor e a dificuldade de transmissão pode coincidir com a dificuldade de tradução, duas árduas tarefas*”^v.

No caso da Suprema Corte, precisamos recordar que os tribunais podem evitar ou praticar violências, quase sempre sob o pálio da disputa político-ideológica: manter um ser humano com *status* de escravo; enviar uma mulher judia, grávida, para os campos de concentração nazista; manter (ou retirar) uma pessoa do fundo do cárcere, após longos anos; e, tantas outras dramáticas situações da vida.

É aqui que entra em cena a precisa e imprescindível atividade de tradução, que torna a leitura tão dinâmica e prazerosa, parecendo invisibilizar o tradutor, conferindo a gostosa sensação de que o original teria sido escrito em língua portuguesa. Há ritmo e elegância. E o conjunto é eletrizante.

A tradução pareceu obcecada com a perfeição. Apenas a título de ilustração, em notas do revisor (N. do R.), são 136 comentários contextualizados para esta obra que, entre referências e fontes, foi elaborada a partir de entrevistas diretas com juízes da Corte Suprema, e mais de 75 de seus assessores.

Arriscaria dizer que é uma das melhores e mais bem feitas traduções de um texto direcionado ao público do direito, bem escrito e extremamente sofisticado. Acontece, entretanto, que o texto não é direcionado apenas aos iniciados, e nem mesmo aos que se inserem naquele grupo dos que podem ser chamados de “profissionais do direito”. É um texto destinado também, e principalmente, aos cidadãos alheios às práticas jurídicas e cotidianas do mais alto tribunal dos Estados Unidos da América.

Recordemos a lição de Richard Posner^{vi} sobre como os livros jurídicos podem melhor servir aos membros dos diversos poderes que agrupam os profissionais do direito, especialmente juízes, promotores, procuradores, advogados e estudantes de direito, bem como àqueles que não integram as profissões jurídicas, mas se interessam por temas ligados ao direito.

Embora, reconhecidamente, o tempo altere o status de “clássico”, fato é que são extremamente importantes os livros que congregam memórias biográficas de juízes e que, de alguma maneira, exponham o modo sobre como os juízes pensam, na prática, de forma contextualizada. Esse é o caso do livro ora traduzido, que acaba nascendo com a marca de clássico, aliado a uma robusta exposição inicial sobre a história das idéias que constroem a Suprema Corte.

“*Os Nove*” compõe-se de quatro partes, e 25 capítulos, que descrevem minuciosamente os complexos mecanismos políticos que envolvem a Suprema Corte, desde a escolha de seus membros, passando por suas aparentes vinculações partidárias e ideológicas, muitas vezes exercidas anteriormente como partícipes dos postos jurídicos centrais, e que expõem uma batalha entre conservadores e liberais, nos mais diversos espectros que sustentam o interessante bipartidarismo norte-americano (republicanos vs. democratas).

Faz lembrar Francisco Sosa Wagner que, ao escrever sua monumental obra “*Maestros alemanes del Derecho público*”^{vii}, procurou “dar vida às notas de rodapé” dos livros nos quais estudou durante seu doutoramento. Igualmente, podemos dizer que Jeffrey Toobin procurou dar vida aos juízes e aos nomes dos casos emblemáticos, geralmente citados apenas através dos prenomes das partes litigantes perante a Suprema Corte Americana. Conseguiu.

Os recônditos escaninhos que permeiam a discussão sobre o aborto, decidido no famoso caso *Roe*, e que muitos anos depois encontrou argutas construções no caso *Casey*, com os embates para a construção do resultado entre vários juízes que concordavam muito pouco, mas que preferiram tentar influenciar a decisão final da melhor maneira que pudessem, são apenas um dentre tantos exemplos do dramático clima que quase sempre permanece em sigilo.

A referência inicial também encerra a obra, como uma metáfora em permanente mutação: a escadaria da Corte, projetada pelo arquiteto Cass Gilbert. Num primeiro sentido, “*transmitir aos visitantes a magnitude da importância do processo judicial que acontece no interior da Corte*” (p. 19). Numa segunda camada, a mesma escadaria representa “*uma magnífica ilusão – a de que a Suprema Corte opera em um plano mais alto do que os mortais que se sacrificam na terra*”, mas com uma severa advertência: “*a Corte é o produto de uma democracia e representa, às vezes com uma precisão assustadora, o melhor e o pior das pessoas*” (p. 386).

Isso se reflete em absolutamente todos os casos e guerras de ideias, e teses, disputadas no seio da Suprema Corte, e o livro (e a metáfora da escadaria) serve ao leitor brasileiro tanto quanto a imagem da estátua da justiça de Alfredo Ceschiatti, em frente ao Supremo Tribunal Federal, como símbolo permanentemente interpretado, e cuja disputa de sentido (justiça da decisão) atualmente parece mais politizada do que de costume.

Ao final desta narrativa, poderosamente urdida por entre conjecturas consistentes, através dos fios do direito e da política, percebemos que o caminho foi luminoso (e bem iluminado). Para citar Fausto, de Goethe, ficam visíveis as diferenças de coloração da teoria e da árvore da vida: “cinza, caro amigo, é toda teoria. E verde a dourada árvore da vida”.

Assim, sem favor algum, a cuidadosa e exuberante tradução de “*Os Nove: Por Dentro do Mundo Secreto da Suprema Corte*”, converte-se em leitura obrigatória por parte de estudantes de direito, nos cursos de graduação e de pós-graduação, mas não apenas. Todo e qualquer brasileiro que se interesse pela política e por boas narrativas, adquirirá um denso conhecimento sobre uma instituição tão nobre. Todos nós precisamos folhear e devorar o livro “Dos 9”.

Thiago Aguiar de Pádua – Doutorando e Mestre em Direito. Advogado e Professor de Direito Constitucional e Direito Civil. Ex-assessor de ministro do STF.

ⁱ WOODWARD, Bob; ARMSTRONG, Scott. Por *Detrás da Suprema Corte*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Saraiva, 1985.

ⁱⁱ TOOBIN, Jeffrey. *Os Nove: Por Dentro do Mundo Secreto da Suprema Corte*. Trad. Fabio Luis Furrier et all. São Paulo: IDP/Saraiva, 2018.

ⁱⁱⁱ BASEVI, Anna. O tradutor como testemunha. *Cadernos de Tradução*. v. 38, n. 3, p. 226-243, set-dez, 2018.

^{iv} BASEVI, Anna. O tradutor como testemunha. *Cadernos de Tradução*. v. 38, n. 3, p. 226-243, set-dez, 2018.

^v BASEVI, Anna. O tradutor como testemunha. *Cadernos de Tradução*. v. 38, n. 3, p. 226-243, set-dez, 2018.

^{vi} POSNER, Richard. What Books on Law Should Be. *Michigan Law Review*, v. 112, 2014..

^{vii} SOSA WAGNER, Francisco. *Maestros alemanes del derecho público*. Madrid: Marcial Pons, 2005.